



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682646 - RJ (2021/0234154-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : SEBASTIAO ROGERIO DA SILVA ROCHA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SEBASTIAO ROGERIO DA SILVA ROCHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Agravado de execução penal n. 0328838-23.2010.8.19.0001).

O paciente cumpre pena de 20 anos de reclusão pelo delito de estupro de vulnerável, com término previsto para 29.03.2029.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal na decisão que indefere o pedido de saída temporária, nos termos do art. 123 da LEP, fundamentada apenas na longa pena a cumprir e na gravidade em abstrato do delito.

Aduz que o paciente "*tem comportamento compatível com o benefício e já cumpriu o lapso temporal necessário para usufruir da VPL*" (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente, o deferimento da saída temporária para visitar a família até o julgamento deste feito. No mérito, pugna pela concessão da ordem para reconhecer ao paciente o direito de obter saídas temporárias na modalidade de visita periódica à família.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 48/49):

[...]

Como dispõe o artigo 1º da Lei nº 7.210/84, a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da sentença e proporcionar condições para reinserção social do penitente.

Na hipótese, vê-se que o Agravante cumpre expiação que totaliza mais de 20 (vinte) anos de reclusão por crime de estupro de vulnerável, restando ainda mais de 08 anos a serem cumpridos, além de que sua reprimenda somente terminará em 29.03.2029.

O benefício de visitação provisória ao lar não constitui um direito absoluto do penitente, sendo necessário o preenchimento dos requisitos subjetivos, não se

podendo concedê-lo de forma indiscriminada, ainda mais quando o ora Agravado cumpre pena, em razão de crimes de tamanha hediondez.

In casu, o Agravado cumpre reprimenda em razão de ter cometido crime hediondo, além do que sua expiação somente terá seu fim no longínquo ano de 2029, ao critério da pena unificada.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência